

A EDUCAÇÃO FRENTE AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO: uma proposta de método de análise

Paulo Sérgio Tumolo⁶⁶

"O ecletismo nas práticas de [exploração do] trabalho parece quase tão marcado, em nosso tempo, quanto o ecletismo das filosofias e gostos pós-modernos"

David Harvey

Na atualidade parece haver uma grande unanimidade: o mundo passa por profundas e avassaladoras transformações. Se tal constatação é empiricamente verificável — somos atingidos cotidianamente pelos efeitos dessas mudanças —, a compreensão deste fenômeno em seus elementos essenciais e, mais do que isto, a apreensão da dinamicidade desses elementos é uma tarefa nada fácil e, a bem da verdade, ainda incipiente.

Para muitos analistas, o "epicentro" do fenômeno se localiza nas modificações em curso nos processos de trabalho, expressas pela introdução das inovações tecnológicas articuladas com as novas formas de organização e gestão da produção. Tais mudanças são de tal magnitude que muitos dos autores lhes atribuem o estatuto de uma nova Revolução Industrial (a 3ª R.I. para a quase totalidade deles).

Apesar da variedade e divergência de posições dos estudiosos da temática em questão, é possível encontrar, entre outros, pelo menos dois pontos de convergência. O primeiro é a referência que tomam como marco principal daquelas transformações: a crise de 1973, qualquer que seja o entendimento que têm dela. O segundo é a constatação do tendencial esgotamento ou, pelo menos, o questionamento do modelo clássico taylorista/fordista de organização da produção, e a decorrente emergência de novos "modelos" ("Terceira Itália", Suécia, Alemanha, Vale do Silício-EUA, Japão etc). Dentre eles, o "modelo" japonês ou ohnismo/toyotismo é, sem dúvida, o que

66 Paulo Sérgio Tumolo é professor da Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Ciências da Educação/EED - e doutorando no Programa de História e Filosofia da Educação da PUC - SP.

vem recebendo maior atenção e, conseqüentemente, é aquele que tem sido o mais discutido.

Não cabe aqui uma análise pormenorizada do "modelo" japonês.⁶⁷ O objetivo deste texto é expor, em linhas gerais e de acordo com vários estudiosos, alguns dos mais importantes questionamentos e críticas que têm sido desfechos contra tal "modelo". Em seguida, ao ressaltar os limites dessas críticas, apontar para uma análise dos diversos processos de trabalho, inclusive o japonês, como expressão aparente de realização da acumulação capitalista nesta fase de "acumulação flexível de capital". Por fim, propõe um método de abordagem da temática trabalho/educação, em que se compreenda e discuta o fenômeno educacional no bojo deste novo padrão de "acumulação flexível de capital".

1. O "MODELO" JAPONÊS EM QUESTÃO

Apesar de o "modelo" japonês ter se transformado, provavelmente, na maior referência no período recente, o que corrobora a atitude eufórica de vários autores, pesa sobre ele uma diversidade de questionamentos que podem ser classificados, grosso modo, em duas ordens: aqueles referentes à sua especificidades e os de ordem geral.

Com relação aos primeiros, que dizem respeito à especificidade do "modelo", há, entre outros, questionamentos nos seguintes aspectos:

- a. quanto à eficácia da produção diversificada e em pequenos lotes, principalmente quando se trata de mercados para além do Japão;
- b. quanto aos limites da automação, que tem sido colocada em xeque pela própria Toyota. O artigo publicado na *Gazeta Mercantil* (24/05/95), com o título "*Uma fábrica Pós-Moderna*", dá notícias da última "invenção" da Toyota, a primeira fábrica pós-moderna do mundo — a linha RAV 4 — onde a automação foi drasticamente reduzida. "A Toyota está avançando novamente em direção de um sistema que, mais do que substituir os operários pelas máquinas, tenta mais claramente do que nunca restringir as máquinas, no sentido de que elas façam apenas aquilo que pode tornar a vida mais fácil para os empregados" (idem);
- c. quanto às relações de trabalho. Michael Ehrke (1994) mergulha na análise do tema e desvenda aquilo que pode ser considerado o "calcanhar de

⁶⁷ Sobre a caracterização do "modelo" japonês há uma vasta bibliografia. Vide, p. ex., Coriat (1994), Antunes (1995) e Hirata (1993).

Aquiles" do "modelo" japonês — as relações de trabalho. Na primeira parte de seu artigo o autor desnuda "a outra face" dos "benefícios" conferidos aos trabalhadores japoneses: a ocupação vitalícia, o princípio da senioridade, os sindicatos de empresa, as negociações coletivas, os salários e condições de trabalho e o mercado de trabalho. Na segunda parte — *Perspectivas* —, Ehrke trata da evolução do desemprego real e questiona a segurança de emprego e, portanto, as chances que tem a ocupação vitalícia de sobreviver à crise atual para, então, concluir:

"minha tese é que os princípios da ocupação vitalícia e da senioridade não serão abolidos, porém continuarão a ser solapados de forma dissimulada. Não se pode tornar público que a sociedade japonesa não está nem um pouco preparada para uma maior mobilidade da força de trabalho" (EHRKE, 1994 : 12).

Na mesma linha, e corroborando as posições de Ehrke, Helena Hirata e Philippe Zarifian, com o artigo *"Força e Fragilidade do Modelo Japonês"* (1991), procuram demonstrar como o processo seletivo, via emprego vitalício para uma pequena parcela dos assalariados, e a opressão sobre os trabalhadores, através da identificação da vida da empresa com a vida pessoal e da autonomia controlada, se tornaram as condições de eficácia do modelo japonês. Depois de discutir as crescentes contradições do modelo - a desestabilização do emprego vitalício e a profunda mudança do mercado de trabalho - os autores concluem:

"O aspecto que nos parece definitivamente mais significativo da fragilidade estrutural desse modelo é sua débil capacidade de admitir o heterogêneo e sua propensão a controlar, na verdade, a excluir os indivíduos ou os grupos sociais suspeitos de contestação, de oposição, ou mesmo de diferença. (Idem.)

Paradoxo: o Japão se impôs como o ponto máximo do sucesso em matéria de flexibilidade industrial, porém, sob o preço de uma rigidez nas práticas e comportamentos sociais dos quais começamos a perceber os primeiros estalidos" (idem : 184).

Tanto neste artigo, como em outros de sua lavra, como, por exemplo, *"Da Polarização das Qualificações ao Modelo de Competência"* (1994), Hirata discute a questão das relações de gênero apontando o caráter profundamente segregador e opressor das mulheres desempenhado pelo "modelo" japonês.

Os questionamentos de ordem geral dirigidos ao modelo japonês são, entre outros, os seguintes: se ele tem um caráter universalizante, ou seja, se pode ser transferido; se se trata, de fato, de um modelo; e se é uma superação do taylorismo/fordismo.

Coriat tem uma posição claramente afirmativa a respeito dessas questões, tendo em vista que considera o ohnismo/toyotismo um modelo "contrário" ao taylorismo/fordismo. Quanto à sua transferibilidade, é ainda mais incisivo. No prefácio à edição brasileira do *Pensar pelo Averso* (Coriat, 1994), o autor pergunta: "o ohnismo, enquanto revolução conjunta de gestão de produção e do trabalho, tem futuro no Brasil? E este futuro é desejado?". E responde em seguida: "sob risco de surpreender, vou responder claramente que sim às duas questões" (idem : 13).

Os questionamentos acima citados foram o motivo da realização do seminário franco-brasileiro intitulado *Sobre o "Modelo" Japonês. Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*, realizado na França em fevereiro de 1990, com a participação de estudiosos europeus e brasileiros, dando origem ao livro *Sobre o "Modelo" Japonês* (1993). Como se pode verificar, pela leitura dos textos ali contidos, as posições dos autores são as mais diversas, controvertidas, e, às vezes, antagônicas. Zarifian, por exemplo, começa interrogando: "pode-se falar de modelo japonês? Pode-se utilizar esta expressão sem aspas? O modelo japonês de organização industrial tem um alcance universal?" (ZARIFIAN, 1993 : 23). Considerando que existe um modelo japonês e que, portanto, deve ser enunciado sem aspas, o autor faz uma análise comparativa das respostas (divergentes) às questões dadas por S. WOOD e B. CORIAT e, na sua conclusão, desfecha ferinos questionamentos ao modelo japonês:

"Eu me arriscaria a dizer que, tal como é descrito, este modelo já me parece banal. Não somente por ter um ar de algo já visto, já conhecido, mas sobretudo porque, apesar de sua eficiência — que tentariamos à exaustão igualar em seu próprio campo —, este modelo elude às questões centrais das pesquisas atuais sobre gestão (...). E se o modelo japonês for, em vez da representação de nosso futuro, a representação das carências de nosso passado? E se ele for o preenchimento das lacunas e dos impensados do taylorismo? Poderíamos então dizer que há ainda espaços a inventar para a pesquisa. E poderíamos, por tê-lo bem examinado e levado a sério, sem aspas, afastar-nos do modelo!" (idem : 31).

O modelo japonês é colocado num "fogo cruzado" ainda mais pesado quando entra em cena S. Wood. Num de seus textos, *"O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo"* (Wood, 1991), ele desenvolve um ensaio analítico diferenciando-se tanto das abordagens entusiastas do modelo japonês, como de algumas críticas com as quais ele discorda no todo ou em parte. Embora reconhecendo "a importância do contexto", o autor concentra-se, "neste ensaio, na questão do processo de trabalho" (idem : 29) sugerindo "particularmente, que existe uma

'japonização do fordismo', pelo menos no Japão, fato que enfraquece os argumentos daqueles que levam o debate ao pós-fordismo mais extremado" (ibidem) e, na última parte do texto, desenvolve "a tese de que as principais características do chamado modelo japonês de gestão (o *just-in-time* etc) seriam mais bem analisadas no âmbito do neofordismo" (ibidem).

Argumentando, basicamente, que os métodos e práticas japoneses não significam, necessariamente, uma ruptura radical com os "princípios centrais" do fordismo e, dessa forma, "pode-se compreender melhor o modelo japonês de gestão como um amálgama entre as teorias correntes de organização" (ibidem : 40), Wood chama a atenção para um problema básico que é o de "como analisar o fato óbvio da diversidade no interior do capitalismo" (idem) e encerra seu artigo reafirmando sua tese e, ao mesmo tempo, fazendo um alerta:

"A 'japonização do fordismo' — em minha opinião, o neofordismo japonês — sugere que a evolução das teorias gerenciais e sua implementação devem ser uma dimensão básica. A teoria do processo de trabalho tem se tornado confusa por causa de suas raízes em um conceito absolutista, a-histórico, do taylorismo como o processo de trabalho capitalista" (ibidem : 41, gr. fado pelo autor).

Embora Wood não esteja se referindo especificamente a Braverman em seu clássico *Trabalho e Capital Monopolista* (Braverman, 1987), parece-me que sua conclusão crítica serve para este autor. Se é verdade que Braverman é, senão o maior, um dos maiores e mais radicais críticos do taylorismo/fordismo, é necessário reconhecer que, em sua análise, acaba considerando este modelo como o processo de trabalho no capitalismo, ou seja, processo de trabalho capitalista e taylorismo/fordismo são, no limite, idênticos⁶⁸.

Por outro lado, também é preciso reconhecer que a análise desenvolvida por muitos autores⁶⁹ acerca dos diversos "modelos" ou trajetórias, inclusive o japonês, mesmo de alguns que lhes fazem críticas pontuais, se restringe ao processo de trabalho, ou seja, restringem-se basicamente à articulação entre inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção. Tal

68 Contudo, vale a pena sublinhar que, se Wood tem razão em afirmar que o modelo japonês é um neofordismo que não operou uma ruptura radical com os "princípios centrais" do fordismo, então a crítica realizada por Braverman, pelo menos naquilo que é fundamental, poderia ser ainda considerada como válida. Para investigação dessa hipótese vide Braverman (1987 : 19, 25, 28, 29, 43, 55, 56).

69 Confira, por exemplo, Coriat (1988, 1993 e 1994); Fleury (1993); Humphrey (1993); Fleury/Humphrey (1993); Leite (1993 e 1994); Carvalho (1993 e 1993a), Hirata (1993); Schmitz (1988).

análise é, portanto, balizada, mesmo que inconscientemente, pela categoria de trabalho concreto, como se a sociedade em que vivemos tivesse como finalidade a produção de valores de uso.

Ora, como sabemos, o capitalismo se constitui e se reproduz através de relações mercantis, balizadas pelo valor de troca, cuja substância é o trabalho abstrato. Contudo, é preciso agregar a categoria de trabalho produtivo que, na leitura que faço de acepção marxiana, significa, no capitalismo, trabalho que produz mais-valia⁷⁰. Se é verdade que o capitalismo é uma sociedade produtora de mercadorias e que, por isso, o trabalho concreto está subsumido pelo trabalho abstrato, é forçoso ir além e reconhecer que este modo de produção, em que a força de trabalho é a principal mercadoria, é essencialmente uma sociedade produtora de mais-valia e que, por esta razão, o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor de troca) que, por sua vez está subsumido pelo trabalho produtivo (mais-valia). É somente com este "mergulho" que conseguimos, quiçá, apreender e compreender as contradições próprias da acumulação capitalista.

Portanto, se Braverman dilui o caráter histórico do taylorismo/fordismo, aqueles autores se baseiam, também, numa compreensão a-histórica do "modelo" japonês. O primeiro porque, como vimos, identifica processo de trabalho capitalista com fordismo/taylorismo; os outros em razão de que, ao se balizarem pelo trabalho concreto, tendem a desvincular o "modelo" japonês da produção capitalista.

Tal conclusão nos conduz ao coração da análise: quaisquer que sejam os processos de trabalho (modelos ou trajetórias) — taylorismo/fordismo, ohnismo/toyotismo, neofordismo, híbridos etc — é necessário compreendê-los como processos de trabalho subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista. É claro que a produção capitalista só se realiza através de determinados processos de trabalho — aqueles mais adequados ao capital, conforme a correlação de forças com a classe trabalhadora —, mas estes só são expressão de relações sociais capitalistas. Por isso, a análise deve se deslocar para o aspecto central: como compreender a conformação da fase contemporânea de acumulação de

70 Esta é, sem dúvida, uma das questões mais polêmicas, inclusive no interior do próprio marxismo. Marx discute tal questão em várias passagens espalhadas por *O Capital* e notadamente em *Teorias da Mais-Valia* (escritas para serem o Livro IV de *O Capital*) e no capítulo VI inédito de *O Capital*. Outros autores também a discutem. Vide, entre outros, Braverman (1987) e Rubin (1987).

capital, através de um de seus elementos determinantes, qual seja, os atuais processos de trabalho?

Este é o grande desafio que se nos coloca.

2. OS PROCESSOS DE TRABALHO NO BOJO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DE CAPITAL

Sem dúvida, um dos autores que aceita enfrentar este desafio, oferecendo uma das mais notáveis contribuições, é David Harvey através de seu livro *A Condição Pós-Moderna* (Harvey, 1993). Como o próprio título sugere, o autor busca, ousadamente, construir uma explicação para a sociedade contemporânea em seus múltiplos e inter-relacionados aspectos, qual seja, a chamada "pós-modernidade". Rompendo as tradicionais fronteiras entre as diversas áreas do saber através de um vasto conhecimento erudito e comparando os elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto da pós-modernidade, Harvey aponta a dificuldade em definir o pós-modernismo, dada "sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico" (idem : 49) e diz que, por esta razão, uma de suas principais características consensuais — talvez a única — seja a crítica que faz às metanarrativas, ou metateorias⁷¹. Conscientemente, baseado numa desenvoltura erudita e numa abundância de dados empíricos, o autor tece uma das mais bem fundamentadas críticas à pós-modernidade e, portanto, à sua oposição a todas as formas de metanarrativa, valendo-se, justamente, de uma determinada metanarrativa ou, mais precisamente, do marxismo.

Tendo como ponto de partida a constatação de que "vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972" (idem : 7), Harvey anuncia, logo no início, sua tese segundo a qual é possível

"aduzir bases a priori a favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de 'compressão do tempo-espaco' na organização do capitalismo" (idem, ibidem).

Mas essas mudanças, continua o autor,

"quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência

71 Esta compreensão é partilhada e desenvolvida por S. Connor, autor declaradamente pós-moderno. Vide, por exemplo, Connor (1993 e 1994).

superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova" (idem, ibidem).

Por esta razão, ao buscar um substrato material para explicar as mudanças aparentes é que Harvey mergulha na análise das transformações político-econômicas do capitalismo do final do presente século, partindo de um estudo sugestivo do fordismo e sua imbricação com o keynesianismo, o que propiciou um longo período de expansão capitalista, passando pelos elementos de crise deste paradigma de organização da produção, até chegar, e concentrar seus esforços, na discussão daquilo que denomina "acumulação flexível de capital".

Ao tratar do período histórico sob a égide do fordismo-keynesianismo, o mesmo autor assevera que,

"a despeito de todos os descontentamentos e de todas as tensões manifestas, o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra — que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os 'benefícios' da produção e do consumo de massa de modo significativo — intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início" (idem : 134).

Buscando compreender as razões da crise do modelo fordista-keynesiano no bojo de um movimento contraditório, Harvey assinala, resumidamente, que

"o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez (...) Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital" (idem: 135-6).

Por outro lado, se no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra o regime fordista-keynesiano conseguiu, através da confluência de inúmeros fatores, resolver o problema da superacumulação, "a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação" (idem : 173).

Como se pode perceber, a crise de 1973 — "crise de superacumulação" (p. 293) — joga um papel determinante em todo este processo, pois ela **demarca** não só a crise do modelo fordista-keynesiano — o que não significa, em absoluto, a sua eliminação —, como também, e principalmente, a necessidade de o capital gerar e construir um novo padrão de acumulação, que Harvey denomina "acumulação flexível".

"A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado" (idem : 146).

Muito embora o referido autor tenha feito uma análise minuciosa e profunda dos aspectos componentes da "acumulação flexível", bem como da articulação entre eles (cf. cap. 9, 10, 11), buscando, dessa forma, "sacar sua alma", penso que sua maior contribuição se encontra nas suas conclusões (cf. parte IV). No cap. 22 ele monta uma tabela comparativa onde se pode visualizar claramente as distinções e **oposições** entre as principais características, abrangendo todas as dimensões da vida social — do econômico ao cultural — do modernismo fordista e do pós-modernismo flexível. Não é por acaso que o título da tabela (e também do capítulo) seja "modernidade fordista versus pós-modernidade flexível". Depois de comentar os elementos de oposição contidos na tabela, indaga: "mas e se a tabela como um todo constituisse em si uma descrição estrutural da **totalidade** das relações político-econômicas e cultural-ideológicas do capitalismo?" (idem : 305, grifado por mim). Em seguida afirma que "concebê-la assim requer que vejamos as **oposições** intra e entre perfis como **relações interiores no interior de um todo estruturado**" (ibidem, grifado por mim). O que Harvey está defendendo, depois de ter percorrido um longo

caminho analítico, é a idéia segundo a qual, para além das diferenças, oposições e "desidentidades", há entre aqueles dois modelos uma identidade, a saber, o seu pertencimento ao mesmo todo estruturado, o capitalismo. Com a ajuda de tal idéia

"podemos dissolver as categorias do modernismo e do pós-modernismo num complexo de oposições que exprime as contradições culturais do capitalismo. (...) Nesse caso, a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída por uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo" (idem : 305).

Ora, podemos dizer o mesmo do "fordismo" e da "acumulação flexível"⁷², cuja rígida distinção categórica desaparece, dando lugar a uma **análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo.**

Tais conclusões conduzem-nos a, pelo menos, dois desdobramentos. O primeiro, que corrobora uma tese já levantada anteriormente, é o de que só é possível apreender os diversos processos produtivos, quaisquer que sejam, no bojo de uma análise do modo de produção capitalista. Em segundo lugar, e por causa do primeiro ponto, há uma volta dos grandes autores que envidaram esforços no sentido de analisar e compreender o modo de produção capitalista, particularmente Marx e outros autores da tradição marxista. É preciso sublinhar que toda discussão empreendida por Harvey foi permeada por estes dois aspectos⁷³. Daí, talvez, a excelência de sua análise.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não tenha desenvolvido, neste breve "passeio" analítico realizado nas páginas anteriores, uma discussão acerca das questões especificamente educacionais, o meu objetivo foi o de apresentar - sem qualquer pretensão de novidade - um caminho de análise não só para as profundas transformações que ora estão em curso no mundo, mas mais do que isto, sugerir um método de abordagem da **relação** entre o fenômeno educacional - quaisquer que sejam os enfoques - e aquelas transformações. Dito de outra forma: como há uma tendência de vários estudiosos das áreas de conhecimento afins em

72 Curiosamente, Harvey não trata do "modelo" japonês. Creio que seja compreensível, pois dentro do seu arcabouço analítico a categoria "acumulação flexível" é mais abrangente, sendo aquele uma de suas manifestações e, portanto, incluso nesta.

73 Cf. p. ex., p. 174, 175, 293, 301, 305 e cap. 26.

abordarem as metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho sob o prisma do processo de trabalho, vale dizer, balizados pela categoria de trabalho concreto, conforme já assinalado anteriormente, esta mesma tendência tem se reproduzido, em grande medida, entre os autores que vêm discutindo a relação trabalho e educação no seio deste recente período histórico. Ao buscar fazer a crítica deste tipo de abordagem, tive como intenção apresentar um enfoque metodológico distinto para aqueles que têm como objeto de investigação a temática trabalho/educação, qual seja, o de pensar o fenômeno educacional no bojo do novo padrão de acumulação de capital que vem se gestando e se consolidando - a "acumulação flexível" - que se expressa através dos mais variados modelos de produção ou processos de trabalho. Como já foi observado no decorrer da análise, não se trata de ignorar os processos de trabalho e, portanto, a categoria de trabalho concreto e, sim, analisá-los como ponto de partida, como expressão aparente da realização da acumulação capitalista nesta atual fase de "acumulação flexível de capital", num processo analítico que vai do "concreto aparente" ao plano do "concreto pensado", onde se pode desvendar as múltiplas contradições e determinações.

Isto não significa, entretanto, que a análise desenvolvida por aqueles autores esteja equivocada e, por isso, não tenha trazido qualquer contribuição explicativa. Pelo contrário. O que procurei apontar foi que suas análises, do ponto de vista metodológico, vão até o "meio do caminho" e, do ponto de vista histórico, oferecem uma explicação parcial e precária acerca da realidade presente.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o método proposto não dá conta de produzir, magicamente, uma explicação totalmente satisfatória a respeito desta realidade tão complexa - nenhuma teoria pode reivindicar tal atributo - e que, ao contrário do que se possa pensar, tal método torna o trabalho investigativo mais penoso, pois o caminho que vai do "concreto aparente" até o mergulho ao "concreto pensado" é deveras árduo e espinhoso. Mas parece que este é o grande desafio que temos de enfrentar. Ao comentar as dificuldades advindas da utilização de seu método, Marx alertava:

"essa é uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, exceto prevenir e acautelar os leitores sequiosos da verdade. Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos." (Marx, 1983:23)

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP. 1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX.** 3.ed. Rio de Janeiro : Guanabara. 1987

CARVALHO, Ruy de Quadros. **Programmable automation and employment practices in Brazilian industry.** University of Sussex, 1993.(Tese de Doutorado).

_____. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In.: FERRETTI, Celso J. et alii (org.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis : Vozes.1994.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna.** São Paulo : Loyola. 1993.

_____. **Teoria e valor cultural.** São Paulo : Loyola.1994.

CORIAT, Benjamin. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In.: SCHMITZ, Hubert; CARVALHO, Ruy de Q. **Automação, competitividade e trabalho; a experiência internacional.** São Paulo : HUCITEC.1988.

_____. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In.: HIRATA, Helena (org.) **Sobre o "modelo" japonês.** São Paulo : EDUSP. 1993.

_____. **Pensar pelo avesso.** Rio de Janeiro : UFRJ. 1994.

EHRKE, Michael. **Relações de Trabalho no Japão.** São Paulo: IDELFES, 1994. n. 5.

FLEURY, Afonso. Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro. In.: HIRATA, Helena. (org.) **Sobre o "modelo" japonês.** São Paulo : EDUSP. 1993.

FLEURY, Afonso; HUMPHREY, John (coord.). **Recursos humanos e a difusão e adaptação de novos métodos para a qualidade no Brasil.** Brasília : IPEA, 1993. n. 326.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo : Loyola. 1993.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados*, v.12, n.5 p.173-185, 1991.

HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo : EDUSP. 1993.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In.: FERRETTI, Celso J. et al (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação; um debate multidisciplinar*. Petrópolis : Vozes. 1994.

HUMPHREY, John. Adaptando o "modelo japonês" ao Brasil. In.: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo : EDUSP. 1993.

_____. *New issues in the sociology of work. 1st LATIN AMERICAN CONGRESS ON THE SOCIOLOGY OF WORK*, México : UNAM 1993 a (mimeo).

LEITE, Marcia de Paula. Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: uma tendência à democratização das relações de trabalho? *Educação & Sociedade*, n. 45 p.190-210. 1993.

LEITE, Marcia de Paula. (1994) Modernização tecnológica e relações de trabalho. In: FERRETTI, Celso J. et alii (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação; um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes. 1994.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, São Paulo : Abril Cultural. 1983.

_____. Capítulo VI inédito de *O Capital*. São Paulo : Moraes.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo : Polis, 1987.

SCHMITZ, Hubert. Automação microeletrônica e trabalho: a experiência internacional. In.: SCHMITZ, Hubert; CARVALHO, Ruy de Q. *Automação, competitividade e trabalho; a experiência internacional*. São Paulo : HUCITEC, 1988.

UMA FÁBRICA pós-moderna. *Gazeta Mercantil*, 24 maio. 1995.

WOOD, Stephen. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17 p.28-43, 1991.

ZARIFIAN, Philippe. Introdução. In.: HIRATA, Helena (org.). **Sobre o "modelo" japonês**. São Paulo : EDUSP, 1993.